



I Quaderni della Cooperazione Italiana

N. 1/2003

**ALOCAÇÃO DO CRÉDITO
COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO DAS PME's
EM MOÇAMBIQUE**

A. Carvalho Neves

Fevereiro 2003

Ambasciata d'Italia – Ufficio per la Cooperazione allo Sviluppo – Maputo

Introdução do Embaixador de Itália, S. E. Roberto di Leo

Ao apresentar o estudo de Carvalho Neves inaugura-se uma série de publicações do Gabinete Técnico de Cooperação (UTL) sobre temáticas de desenvolvimento. Trata-se de um ulterior, e particularmente significativo, compromisso italiano para proporcionar um serviço de informação, conhecimento e aprofundamento sobre temáticas de Cooperação para o desenvolvimento. A colectânea vem juntar-se a outras acções levadas a cabo pela Cooperação como a redacção da periódica *Newsletter*, a publicação, em conjunto com o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, de uma Agenda Estatística, e com a preparação de uma brochura informativa sobre a acção da Cooperação Italiana no País.

O trabalho realizado em 2002 e a promoção de importantes manifestações quer em Maputo quer em Roma, para realçar com a devida ênfase o décimo aniversário do Acordo de Paz assinado em Roma, parece-me representar um óptimo agouro para o alcance do objectivo que esta Embaixada colocou como prioritário, isto é, o de voltar a elevar as relações entre os dois Países aos excelentes níveis dos anos '90.

As áreas onde a Embaixada decidiu concentrar a sua atenção, também a pedido das mais altas Autoridades deste País, são a Cultura e a Economia. Estou em crer que, em ambos os campos, a Itália poderá desempenhar um papel de grande evidência, no primeiro pelo seu vasto património, apreciado e reconhecido em todo o mundo, no segundo pela tentativa de estimular o interesse empresarial italiano para com Moçambique, favorecendo assim a nossa presença no País.

Prefácio

Os Cadernos da Cooperação Italiana representam uma contribuição para o debate teórico e o aprofundamento de todas as principais temáticas sobre cooperação. Nasceram como produto da acção da cooperação em Moçambique e consistem em estudos, pesquisas, opiniões e avaliações conduzidas no âmbito da realização dos projectos. Sempre que o assunto tiver qualidade e atingir um interesse mais amplo do âmbito específico em que foi concebido, é prevista a publicação da obra bem como a sua larga distribuição.

Trata-se de uma edição indispensável no seu género, a qual não beneficia de uma especial apresentação gráfica, isto para realçar o carácter de instrumento de conhecimento e de trabalho.

Começamos com Carvalho Neves por uma razão simples: foi mesmo quando tivemos nas mãos este estudo e constatámos o interesse que iria suscitar que nos ocorreu a ideia de criar a colecção. Uma positiva aprovação nesse sentido tinha sido manifestada desde a apresentação sintética dos resultados deste trabalho, no relatório que abriu o *workshop* sobre as opções de financiamento para as pequenas e médias empresas em Moçambique. O encontro foi organizado em finais de Outubro de 2002 pela CTA, a principal confederação de associações de empresários, com a colaboração do Banco Mundial e da Cooperação Italiana. Resulta evidente que uma análise independente e crítica do sector financeiro, o seu encadeamento com a evolução histórica mais recente, a rigorosa identificação das barreiras que opõem o acesso ao crédito para as empresas de menores dimensões, bem como o efectivo suporte do sistema bancário no desenvolvimento dos diversos sectores de actividade, são todas temáticas de grande envergadura e susceptibilidade, nas quais se abre, estamos em crer criativa e positivamente, o debate entre as partes envolvidas.

O sistema financeiro e bancário moçambicano, mesmo tendo dado largos passos em frente nos últimos anos em virtude das privatizações das maiores instituições de crédito, encontra-se, hoje em dia, numa fase de ajustamento. O desenvolvimento do sector é ainda muito condicionado pelos resultados dos grandes grupos como BIM e Banco Austral. Além disso, é ainda amplamente insuficiente a possibilidade de acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas (PME), as quais muitas vezes não conseguem expandir a sua produção por causa da falta de capitais, não incidindo, conseqüentemente, sobre a taxa de crescimento e de desenvolvimento do País.

A atenção do Governo e do inteiro sistema financeiro moçambicano, até hoje dirigida essencialmente para os grandes projectos industriais (como por exemplo a MOZAL e o projecto da produção de gás natural de Temane), deveria agora passar a interessar-se cada vez mais no desenvolvimento daqueles sectores onde as PME podem realmente desempenhar um papel decisivo, em particular na agricultura: daqui a premente necessidade de criar para elas reais condições de acesso ao crédito. Carvalho Neves ajuda-nos a compreender melhor este fenómeno.

Uma óbvia mas importante ressalva: este estudo é publicado sem alguma revisão do texto porque julgamos que a contribuição de ideias apresentadas pelos investigadores envolvidos neste projecto, independentemente do facto de serem ou não opiniões partilhadas, enriquece sem dúvida o debate e, em última análise, amplia o conhecimento dos fenómenos ilustrados.

Fabio Melloni
(Director do Gabinete Técnico
de Cooperação da Embaixada
de Itália)

Augusto Massari
(Chefe do Gabinete Económico
e Comercial da Embaixada de
Itália)

O Autor

António José Martins de Carvalho Neves. Moçambicano, Economista.

Iniciou a sua actividade profissional em Maputo, em 1976, no Gabinete de Estudos do Montepio de Moçambique (uma instituição de crédito imobiliário e de poupança/pensões e reformas), enquanto estudante de economia. Nesta instituição foi Chefe de Sector, Chefe de Serviços e Director de Crédito à Habitação. Foi fundador do BPD-Banco Popular de Desenvolvimento (Banco Austral) onde o Montepio de Moçambique foi integrado quando da reestruturação da Banca em 1978. No BPD desempenhou as funções de Director de Crédito à Habitação, a Agricultura, à Indústria e ao Consumo. Foi Administrador das áreas de Crédito, Planificação e Estatística e Contabilidade. Foi nomeado vice-presidente do Conselho de Administração do BPD.

Saiu do BPD em 1982, para assumir o cargo de Secretário de Estado do Trabalho. Esteve ligado aos Conselhos de Administração de várias empresas, entre elas a Açucareira de Moçambique (Sofala) enquanto Director Geral.

Durante 10 anos dedicou-se ao trabalho com ONGs do que resultou a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade de que é também fundador.

Em 1994 foi convidado a integrar a equipe de constituição do BIM-Banco Internacional de Moçambique SARL onde assumiu os cargos de Assessor do Conselho de Administração, Secretário Geral e Administrador da SIM-Seguradora Internacional de Moçambique SARL. é fundador do Novo Banco (instituição de Micro-Crédito) estando ainda ligado ao seu Conselho Fiscal.

Exerce funções em órgãos sociais de várias empresas entre elas a de Presidente do Conselho Fiscal da CETA (construção) e de Presidente da Assembleia Geral da PREDIMO (imobiliária).

Foi consultor para a UNICEF, UNIDO e de várias empresas nacionais e estrangeiras (Dinamarca, África do Sul e Portugal).

Actualmente coordena a (PMU) unidade de gestão da assistência da USAID às famílias e ao sector privado vítimas das cheias do ano 2000.

A responsabilidade das opiniões expressas nos Cadernos são inteiramente dos seus autores e não reflectem necessariamente o ponto de vista da Cooperação Italiana.

Os Cadernos encontram-se disponíveis também em suporte electrónico no site internet www.italcoopmoz.org

ALOCAÇÃO DO CRÉDITO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO DAS PMEs EM MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO

EXECUTIVE SUMMARY.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O CONTEXTO MACRO-ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE.....	11
3. O SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO.....	15
4. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO.....	19
5. A RENTABILIDADE DO SISTEMA BANCÁRIO.....	23
6. A DISTRIBUIÇÃO CRÉDITO À ECONOMIA.....	25
7. A PROBLEMÁTICA DAS TAXAS DE JURO.....	28
8. CONCLUSÕES.....	30
9. RECOMENDAÇÕES.....	35
GOVERNO.....	35
ASSOCIAÇÕES.....	37
BANCO CENTRAL.....	37
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	40

Anexo 1: Taxa de câmbio média do fim do período

Anexo 2: Crédito total por sector de actividade económica

Anexo 3: Evolução das taxas de juro

Anexo 4: Taxas de juro médias mensais do mercado monetário interbancário

Anexo 5: Distribuição do crédito bancário por sector

ALOCAÇÃO DO CRÉDITO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO DAS PMEs EM MOÇAMBIQUE

Executive Summary

In the scope of a recent study, interviews were carried out with several company managers. They all shared the same views as regards the difficulties of access to credit, the high interest rates, their own indebtedness levels with banks or other companies (and vice-versa). They also agreed that the economic and financial conditions in which most of their companies are operating are, by themselves, a factor of self-exclusion.

This document suggests that there is a close relation between the difficulties referred by the Mozambican entrepreneurial sector and the consequences resulting from the implementation of the present macro-economic policies.

Fifteen years of economic adjustment have already passed by, leaving the public opinion divided as to the resulting social cost/benefit ratio (the emphasis on the reduction of the inflation rate seems exaggerated), as to the level of continuity and sustainability of such measures, and most of all, as to up to what degree they have indeed led to structural changes and to greater global competitiveness of the Mozambican economy.

In these conditions, a policy that restricts the supply of domestically produced goods and services is not conducive, at least in the short term, to the establishment of a macro-economic environment in which all the variables are in line, translating into a concrete benefit for the Mozambican entrepreneurial sector. The inflation rate may be under control, but interest rates and the difficulties to access credit are increasingly higher. Companies' financial difficulties grow bigger, while banks accumulate bad loans.

It is argued that the suggested macro-economic policies are based on a standard model of stabilisation and structural adjustment in which the incorporation of aspects that respect the specificity of the target country - in this case Mozambique - is not taken in due consideration.

The costs of the financial system (taxes, interest rates and commissions), if compared with the benefits they provide are very high, with little compensation. There are strong signs that the entrepreneurial basis that sustains the financial system is collapsing. If higher levels of economic development are not ensured, the possible collapse of the very financial system altogether becomes more evident, in the medium term, with serious economic and social consequences.

The document defends that the Mozambican banking system generates considerable profits mainly as a result of the insufficiencies, mistakes and options of the macro-economic policy in force. In particular, the requirement to set up mandatory reserves at the Central Bank, in national currency, has given rise to a considerable business opportunity for some operators of the banking system, leaving the impression that the formula to calculate the reserves should be changed. Some banks favour inter-bank lending to the detriment of higher risk credit operations.

The State also intervenes in this market as a low risk good customer. The high interest rates it pays for "Bilhetes do Tesouro" (Treasury Bonds) attract a considerable volume of savings. These rates also provide an indication to the banking system, which takes them as a reference in its credit operations, suggesting an additional spread for lending risks.

The volume of bank loans is concentrated in a reduced number of large companies (which are not necessarily the most profitable, neither the best managed, nor the least indebted to the banking system). Besides, that figure has little significance as a proportion of the GDP, if we consider the need to restructure the productive basis, to modernise and to increase the competitiveness of the Mozambican economy.

In the rural areas, where banking business is more limited, for most of the banking organizations becomes unfeasible and so these areas are abandoned, while the presence of those institutions increases in the main cities, and above all in Maputo. The volume of business in the rural areas is not able to sustain structures with such high operational costs.

The analysis of the lending structure shows that 66% of the total amount of credit concerns outstanding loans, 24% default loans and 10% non performing loans.

About 34% of the loans granted became bad loans, therefore inactive amounts - they are not only unyielding but actually cause losses in

provisions. Their re-structuring, on a sound basis of what can be paid back, would alleviate the banks from provisions and it would be possible to charge a fee, even if a small one. That would require a projection of the debt for a period of not less than ten years, together with fresh capital, otherwise there will be no development.

Small and medium sized companies have difficulties to meet all the requirements imposed by the banks for the concession of loans, namely collaterals, a transparent accounting system, adequate business plan and market strategy, a level of indebtedness consistent with their own capital and with the property declared, a competitive advantage versus the threat of internal and external competition, and a volume of business compatible with the level of resources envisaged.

Besides, considering the on-going programmes and the resources allocated to them, it all seems to indicate that the problem of the development and consolidation of small and medium sized companies has not yet been fully understood by most of the country's donors as an important and integral part of their assistance to the development of Mozambique, namely their assistance to the private sector, in view of reasons analysed in this study.

In technical terms, it is possible to lower the interest rate on loans, taking into consideration that such decrease should be sustainable, i.e. that it is matched by a real increase in private investment and a local, more competitive, supply of goods and services. That sustainability implies a base of understanding among the State, the banking system and the private sector, whose debts should be restructured, so that the sector can meet the resulting social and economic commitments and responsibilities. This means that the measures for the rescheduling of the accumulated debts cannot be general and uniform. They must be based on the establishment of clear eligibility criteria. The monitoring of that process should involve entities other than those referred to. It also requires the establishment of lower interest rates on loans for the entities involved in a process of debts restructuring.

The reduction of the interest rate could be obtained, in almost immediate terms, through the channeling of external support funds for the revitalisation of the economy, to be distributed through commercial banks. This would be done with the support of an independent management unit, and the risk of exchange rate to be born by the borrower.

The State could also participate in this exercise by granting fiscal benefits, through deduction from the taxable base of the loans under this system.

A solution of this type requires high levels of trust and commitment from the involved parties, including dialogue and a “social contract” that favours national interests and schedules the gradual implementation of economic adjustment measures according to the limits of sustainability and economic growth.

1. INTRODUÇÃO

O objectivo deste documento é o de contribuir para a compreensão dos factores que dificultam às empresas o acesso ao crédito, com enfoque especial para PME's.

Não existe uma informação sistematizada e disponível sobre o volume de acesso ao crédito pelas PME's nem sobre o valor real do crédito não satisfeito, nem do seu verdadeiro potencial.

No âmbito de um estudo, encomendado pela CTA (Confederação das Associações Económicas de Moçambique), sobre a avaliação organizacional da própria CTA e das suas associadas, foram entrevistados vários gestores. Os inquiridos foram unânimes quanto às dificuldades de acesso ao crédito; às altas taxas de juro, ao seu elevado endividamento junto da banca, junto de outras empresas e vice-versa e que, face às condições económicas e financeiras, em que a maioria das suas empresas se encontra e opera, são por de si sós, um forte motivo de auto exclusão.

O documento refere-se, sumariamente, a distribuição do crédito pelos sectores de actividade, e à relação entre o crédito vencido, crédito vincendo e crédito vivo. À formação da taxa de juros, enfatizando a sua relação com as reservas obrigatórias e com a forma da sua constituição e, à pressão consequente sobre o MMI- Mercado Monetário Interbancário. Sumariza as diversas missões que os bancos desempenharam em Moçambique, como consequência das políticas económicas vigentes.

Fazem-se algumas propostas de saída e nas quais se acredita serem conducentes à reabilitação das empresas. Assume como eixo principal de bloqueio da mudança, a questão das elevadas taxas de juros e o elevado grau de endividamento das empresas. Sugere, entre outros aspectos, a constituição de um fundo externo contratado a uma taxa de juro acessível e a projecção da dívida empresas para longo prazo. Realça o facto de ser necessária uma actuação concertada do Estado, dos Bancos e das Empresas se pretenderem resultados sustentáveis.

O objectivo do presente documento é, também, o de proporcionar alguma informação às empresas, que lhes permita fundamentar que, de facto, as taxas de juro do crédito bancário são altas, se elas poderiam ser reduzidas, e de que modo. Destina-se ainda a facultar alguma informação sobre a alocação de crédito pelo sistema bancário nacional. Uma síntese deste estudo foi apresentada no Workshop

“Opções de Financiamento para as Pequenas e Médias Empresas”, organizado pela CTA, com a colaboração da Cooperação Italiana e do Banco Mundial, que teve lugar em Maputo no fim de Outubro de 2002.

2. O CONTEXTO MACRO-ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE

Desde a Independência que a gestão económica em Moçambique foi marcada por uma forte intervenção do Estado ao estilo das economias centralmente planificadas. As características centrais deste modelo eram a alocação administrativa de recursos e o estabelecimento dos preços por considerações de equidade. O Estado era o principal agente económico e limitava-se à intervenção de agentes privados. Esta situação levou a economia a experimentar uma procura total de bens e serviços excessiva, perante uma oferta declinante.

No contexto das economias de mercado, onde se acredita que este é o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos, isto traduz-se, na promoção da iniciativa privada como a principal dinamizadora da actividade económica, no contexto de um quadro adequado de incentivos e, numa grande limitação do papel e na intervenção directa do Estado na economia. A intervenção do Estado é reduzida a uma gestão macroeconomia através de instrumentos indirectos e à oferta de bens públicos.

Em Moçambique as reformas económicas iniciaram em Julho de 1987, após a apresentação de um relatório do Governo ao Grupo Consultivo de Paris.

As medidas de reforma então preconizadas visavam, no mais curto espaço de tempo possível, estabelecer desejados equilíbrios macro-económicos e restaurar um ambiente favorável ao crescimento económico, através da reversão do declínio global da produção, garantir um nível mínimo de renda e consumo, especialmente para a população rural, reduzir os desequilíbrios financeiros, fortalecer a posição da balança de pagamentos e criar as condições necessárias ao desenvolvimento económico.

Para isso, foram previstas várias medidas, nomeadamente, a desvalorização da moeda, a restrição da expansão monetária através da elevação das taxas de juro combinada com a imposição de limites de crédito e com a redução do financiamento do Banco Central dos déficits orçamentais, a redução das despesas governamentais, a realização de uma reforma fiscal, a retirada do Estado da actividade

produtiva através das privatizações das empresas estatais e intervencionadas, a liberalização dos preços para reflectirem a escassez dos recursos, a adopção de diversas medidas estruturais ao nível sectorial, o re-escalonamento da dívida externa e estabelecimento de critérios de negociação de novos créditos, bem como pedidos de cancelamento da dívida externa.

Decorreram já 15 anos de reajustamento económico.

A opinião pública divide-se quanto ao rácio benefício/custo social daí resultante, quanto ao grau de continuidade e sustentabilidade de tais medidas e, sobretudo, em que medida, elas conduziram de facto a mudanças estruturais e a uma maior competitividade global da economia Moçambicana.

Refere-se que as reformas se baseiam num modelo-tipo de estabilização e ajustamento estrutural onde a incorporação de elementos que respeitem as especificidade do país alvo – Moçambique, não são tomadas muito em conta. Que a sua implementação torna evidente a necessidade de se aprofundarem aspectos específicos do funcionamento da economia Moçambicana para melhorar a formulação e alcance dessas políticas.

Constata-se que as tendências do crescimento económico não são claras nem estáveis: a períodos curtos de significativo crescimento, seguem-se outros de estagnação e, depois de significativo declínio, como o presente. O crescimento económico tende a ser superior ao crescimento da população, razão pela qual o PIB per capita tem tendência crescente, mas é pouco significativo o impacto real na melhoria da qualidade de vida da maioria absoluta das famílias.

O nível de vida dos cidadãos, em especial da maioria desfavorecida, tem-se deteriorado e a liberalização não tem permitido inverter esta tendência. Sem novos e significativos investimentos, agora também com tendência decrescente, no sector real da economia, sem uma melhoria acentuada na distribuição da renda nacional e sem uma reformulação substancial das políticas de liberalização em curso, as condições sociais da maioria da população continuarão a deteriorar-se e a desigualdade social aumentará.

Há evidências que a distribuição do rendimento tende a concentrar-se cada vez mais e que a diferenciação está a agravar-se e a consolidar-se. Não é evidente que estejam realmente a ser introduzidos novos elementos de competição no mercado.

O crescimento económico continua muito dependente dos níveis da ajuda externa dirigida para objectivos específicos. Não há evidência significativas de realocação de recursos nem de ajustamentos estruturais significativos em sectores de maior eficiência relativa de curto, médio ou longo prazos. As principais actividades e investimentos têm sido desenvolvidas em zonas urbanas ou peri-urbanas com mais e melhores infra-estruturas.

No sector agrícola não foi invertido o centro de acumulação a favor do campesinato. A rede comercial formal não se expandiu e ficou mais concentrada, os preços dos factores, maioritariamente importados aumentaram consideravelmente (entre 1995 e 2001, o contravalor do Dólar Americano em Meticais, mais do que duplicou).¹ Apenas algumas

¹ Anexo 1 – Tabela de câmbios

² Anexo 2 – Crédito por sector de actividade

³ Boletim Estatístico BM, Maputo, Set/02, pág. 11. O nível de endividamento no caju foi de 347 mdc em 2001 e 331mdc em Set/02. O sector está paralisado sem perspectivas de reembolso do crédito; nos têxteis em 2001 a dívida era de 503 mdc e em Set/02 350 mdc como consequência de constituição de provisões e não de reembolso do crédito.

⁴ Ver Anexo 3 – Taxas de juro médias nominais.

⁵ Captada das demonstrações financeiras publicadas, com referências de relevo sobre a margem financeira.

⁶ B. Estat. BM, Set/02, pág. 9. Os depósitos do sistema eram de 22.961 mdc, sendo a proporção de 50-50, em moeda nacional – moeda estrangeira, para uma taxa de reserva obrigatória de 11,51%, em base móvel, com obrigatoriedade de constituir a reserva em moeda nacional.

⁷ Anexo 4 – Taxa de juro média mensal do MMI.

⁸ Recolha da informação publicada no jornal Notícias, referente às contas do I semestre/02, de publicação obrigatória, conforme os termos do Aviso do Banco Central.

⁹ Recolha no Jornal Notícias das publicações obrigatórias de contas referentes ao I Semestre de 2002.

¹⁰ Ver Anexo 3.

¹¹ Anexo 2 – Distribuição Crédito por finalidade.

¹² Dados do Sistema Financeiro publicados no jornal Notícias, referentes a I Semestre/02.

¹³ B. Mensal de Conjuntura, Maputo, 2(13): págg. 4-6.

¹⁴ Rec. Macroec. Devel. Maputo, 7(43):10, May/2002.

¹⁵ Rec. Macroec. Devel. Maputo, 7(43):11, May/2002.

culturas de exportação receberam alguma atenção, as culturas alimentares foram abandonadas à sua sorte. Elevados custos estruturais continuam a absorver a maior parte dos recursos, para o sector agrícola, há cada vez menos serviços de extensão rural, os termos de troca deterioraram-se. As condições climáticas prevalentes tendem a agravar este cenário.

O papel do Estado na economia precisa de ser revisto.

Para a recuperação da produção e comercialização agrícola precisa-se uma política agrária orientada para o desenvolvimento e transformação das relações entre o campesinato e o sector empresarial e, da consequente base de acumulação do capital na economia, apoiada pelo desenvolvimento industrial. O sector agrário precisa urgentemente de acesso a crédito e a recursos financeiros; apenas 16% do crédito total concedido à economia destina para agricultura.²

Face ao falhanço de alguns novos investimentos no sector industrial, e ao colapso completo de alguns sectores (caju, Óleos e sabões, Têxtil),³ tudo indica que as tentativas de reabilitação industrial se fizeram sem uma estratégia, isto é, sem selectividade e coerência. As medidas de saneamento financeiro têm aumentado os custos de produção e contribuído para reduzir o mercado para a industria nacional. As ligações inter- e intra-sectoriais não se têm desenvolvido.

Os elevados custos de transporte inviabilizam a competitividade das regiões de elevada produção agrícola reduzindo/anulando as suas vantagens competitivas e o acesso a mercados.

O sector privado organizado em torno da CTA – Confederação das Associações Económicas, considera urgente e necessário restaurar os níveis de confiança da Sociedade na governação, melhorar e adequar o modelo de gestão económica vigente e estabelecer um ambiente propício à promoção de iniciativas e eficiência económicas.

Os membros da CTA, na grande maioria, oriundos das PME (Pequenas e Médias Empresas) referem-se em particular às dificuldades de acesso ao crédito e às elevadas taxas de juro como impeditivos à sua expansão e desenvolvimento.

Não existe no sistema bancário um registo sistematizado da procura de crédito, sobre o seu grau de satisfação e sobre as razões da sua recusa. Por outro lado, muitas das empresas não chegam mesmo a aventurar-se no processo de procura de crédito por considerarem não

valer a pena o esforço, pois que o nível de endividamento e a falta de garantias reais, tão pouco o aconselham.

O nível actual das taxas de juro e as condições exigidas pela banca em geral, são suficientemente gravosas para responderem às necessidades de crédito. Isto sem adicionalmente se tomar em consideração o risco sectorial, o nível organizacional, a adequabilidade de capitais próprios das empresas, a existência de garantias suficientes, etc. e que, os bancos tomam adicionalmente em consideração, para concederem o crédito. Consequentemente, é um dado adquirido que o acesso ao crédito é difícil por várias razões.

3. O SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

O sistema financeiro de qualquer país é um todo unitário em que os diferentes intervenientes partilham em comum os erros e sucessos mútuos, a boa e a má gestão, a racionalidade e o esbanjamento. Por outro lado, no sistema financeiro reflecte-se também a adequabilidade ou não das políticas económicas e sociais em vigor. Consequentemente, nas finanças públicas e privadas Moçambicanas estão já claramente reflectidos os graves problemas que a economia atravessa. São já evidentes os sucessos e insucessos do Programa de Reestruturação economia, a debilidade do sector empresarial, os problemas estruturais e a falta de competitividade da Economia Moçambicana.

A gestão dos fundos públicos não é do conhecimento dos contribuintes subsistindo por isso dúvidas sobre se tais fundos são geridos da forma mais eficaz e eficiente. A situação deficitária do Orçamento de Estado é por demais conhecida. A proporção do déficit orçamental em relação ao PIB é muito elevada.

O Estado e a Banca competem entre si pelos recursos dos contribuintes e dos seus clientes que em larga medida são os mesmos.

Os agentes económicos reclamam dos elevados custos dos serviços financeiros que recebem, das dificuldades de acesso ao crédito, de uma elevada carga fiscal e dá má prestação dos serviços públicos que recebem. Os custos do sistema financeiro (Impostos, Taxas de Juro e Comissões) relativamente aos benefícios que proporcionam são muito altos e pouco compensadores. Há fortes indícios de que a base empresarial que sustenta o sistema financeiro está a colapsar. Se não forem assegurados elevados níveis de crescimento económico, fica

mais evidente, a médio prazo, o possível colapso do sistema financeiro no seu todo com graves consequências económicas e sócias.

A política de reajustamento económico dá uma ênfase exagerada numa redução da taxa de inflação, a qualquer preço social e, no mais curto espaço de tempo possível.

Nas condições actuais, uma política restritiva da oferta de bens e serviços de produção nacional não é conducente, pelo menos no imediato, com a criação de um ambiente macro-económico em que todas as variáveis se alinham traduzindo-se num benefício concreto para o sector empresarial. A taxa de inflação pode estar sob controlo, mas as taxas de juros e as dificuldades do acesso ao crédito, são cada vez maiores. As dificuldades financeiras das empresas crescem, ao mesmo tempo que, os bancos acumulam crédito mal parado. Este exige uma elevada constituição de provisões para além de há uma paragem de contagem de juros. O investidor nacional é mais sensível às taxas de juro do que à taxa de inflação que em geral nem conhece; no dia a dia o que as empresas procuram saber é quanto está a taxa de juro. Da taxa de inflação só ouvem, normalmente, falar em seminários.

Os bons pagadores são penalizados pelos maus incidindo o peso da penalizarão num número cada vez menor, gerando-se um processo de colapso em espiral. Uma tal situação requer uma atenção urgente por parte dos poderes públicos e do sistema bancário.

As elevadas margens financeiras conseguidas pelo sistema bancário são só por si demonstrativas de que as taxas de juros de crédito são altas e que os *spreads* entre as taxas activas e passivas são manifestamente elevados.⁴ A banca internacional vive hoje, sobretudo, de comissões.⁵ Isso é o resultado do esmagamento das margens financeiras devido a uma elevada concorrência.

A Banca Moçambicana gera lucros consideráveis, sobretudo, em resultado das insuficiências, erros e opções da política macro-económica vigente.

A obrigatoriedade de constituição de reservas obrigatórias, no Banco Central, em moeda nacional, criou um considerável negócio para alguns operadores no sistema bancário – o MMI. A alteração da formula do cálculo das reservas libertaria mais de 1.350.000 Milhões de MZM (55 milhões de Dólares Americanos).⁶ Alguns Bancos privilegiam (a cedência de liquidez entre si) a venda de dinheiro a outros, em detrimento de operações de crédito de maior risco,

alimentam este lucrativo mercado de cedência de liquidez de uns bancos aos outros.

O Estado intervém também neste mercado como um bom cliente de baixo risco. As elevadas taxas de juro que paga pelos Bilhetes do Tesouro (BTs) atraem um volume considerável de poupança. Tais taxas dão também um sinal ao sistema bancário, para que as tome como referência nas suas operações de crédito, sugerindo-lhes um *spread* adicional para risco de crédito. O investidor nacional com recursos decidir-se-á pela compra de BTs, em vez de embarcar em investimentos produtivos e de serviços de maior risco e de menor retorno pelos seus capitais. Para um considerável número de investidores locais, as aplicações em Bilhetes de Tesouro são mais cómodas, mais rentáveis, mais líquidas e de menor risco do que investimentos nas suas actuais ou futuras empresas.⁷

O volume de depósitos no sistema bancário nacional varia entre 900 Milhões a 1,0 Bilião de Dólares Americanos constituído numa base de 50-50% para Meticais e Moedas Estrangeiras. O volume de crédito bancário ronda os 600 Milhões de Dólares Americanos e está concentrado num reduzido número de grandes empresas. O volume de crédito é pouco significativo como proporção do PIB se considerarmos as necessidades de reestruturação da base produtiva, de modernização e de competitividade da economia Moçambicana.

Nas gestão das finanças públicas e privadas têm de se operar mudanças profundas.

Isso exige o reforço nos níveis de confiança e compromisso mútuos dos intervenientes. Passa, sobretudo, pelo diálogo e por um pacto social que privilegie os interesses nacionais e, gradualize a implementação das medidas de reajustamento económico, nos limites de sustentabilidade e de crescimento económico. Nas condições da actual recessão económica, o sistema financeiro tenderá a perder sustentabilidade efectiva. Entretanto, prosseguirá (no seu interesse por resultados positivos exclusivos), com a inadequada alocação de recursos à economia, limitando, o alargamento de uma base empresarial nacional, a promoção da sua competitividade e da competitividade da economia nacional.

Actualmente, cerca de 200 Milhões de Dólares referem-se a crédito mal parado, dos quais 150 Milhões em prestações vencidas e o remanescente vincendo, o que se estima que corresponda a cerca de 34% da carteira.⁸ À medida que se agravam as condições de mercado e dos agentes económicos este valor tem uma tendência crescente no sistema financeiro.

Para um sistema que detém entre 900 milhões a um Bilião de Dólares Americanos de depósitos, significa que está ameaçada a recuperação de quase 20% deste valor. A situação só pode ser invertida através da recuperação e crescimento económico ou pela intervenção das finanças públicas e privadas. Na presente conjuntura, interna e internacional, é difícil acreditar no aumento significativo dos capitais próprios no Sistema Bancário Moçambicano. A experiência tem mostrado que uma boa parte do saneamento financeiro dos bancos tem sido feito pelo erário público. Isso decorre também, das suas responsabilidades enquanto accionista. E, se nada for feito quanto à reestruturação da dívida empresarial estará sempre exposto a novas contingências.

A necessária confiança entre os intervenientes no sistema financeiro só pode crescer através de uma maior transparência das contas de todos.

Tanto o Estado como todas as empresas deveriam, obrigatoriamente, tornar públicas as suas contas. Os seus trabalhadores precisam de conhecer a situação económica e financeira das empresas em que trabalham. Devedores e credores dessas entidades, precisam de conhecer melhor com quem estão a negociar. O Estado precisa de aferir a justeza da sua política fiscal com maior rigor e transparência. E, os doadores precisam também de tornar públicas as suas contribuições ao país e, monitorar a utilização final de tais recursos. A questão fundamental é a da moralização das demonstrações financeiras introduzindo requisitos e regras das quais a mais importante é a da certificação de contas por auditores independentes.

Para que se assegure maior transparência e oportunidade crítica, a execução do Orçamento de Investimento e, dos Fundos de Fomento, deveria ser retirada do Ministério do Plano e Finanças (sector público). Tal função deveria ser cometida a uma instituição financeira de natureza pública e privada. Tal procedimento, destina-se também a assegurar uma avaliação, independente, aos resultados e impacto deles decorrentes, numa perspectiva de qualidade, crescimento do emprego, de alargamento da base produtiva e de redução efectiva da pobreza. É preciso assegurar uma absoluta separação entre despesas correntes e despesas de investimento e, avaliar melhor, a qualidade do endividamento público interno.

Avaliações já realizadas ou em curso ao funcionamento de alguns Fundos de Fomento referem a sua ineficácia total.

A experiência e os resultados da sua avaliação mostram que quando é uma instituição do Estado a gerir a carteira de crédito (neste caso os

Fundos), resulta sempre em créditos mal parados, porque além do rigor profissional que a actividade requer, existe no seio dos intervenientes, a mentalidade de que os Fundos do Estado não são para serem pagos. Este é o problema de fundo que levou à descapitalização e consequente inoperância, por exemplo, do Fundo de Comercialização desde 1994, devido ao aumento das dívidas e dificuldades da sua cobrança, apesar dos esforços envidados.

Tudo parece indicar que os Fundos deixem de gerir carteira de crédito, passando este papel para as instituições especializadas.

A sua actuação deveria ser a de:

Angariar recursos de diversas proveniências e colocá-los à disposição de instituições financeiras profissionais na área da gestão do crédito.

Estabelecer políticas específicas de forma temática e ou geográfica e sobre os diversos aspectos dos programas que serão seguidos por tais instituições

Oferecer a possibilidade de combinar as operações de crédito com uma componente de formação e capacitação dos beneficiários, para melhorar a sua capacidade de gestão e garantir o reembolso dos empréstimos concedidos.

Utilizar a possibilidade de co-participação nas iniciativas locais por parte dos municípios (Matching Grants)

Monitorar sistematicamente a aplicação dos fundos pelas instituições de intermediação financeira e os beneficiários, tendo em vista assegurar a conformidade com os objectivos da sua alocação.

Estabelecer em coordenação com as instituições financeiras mecanismos de prestação de contas relativos aos fundos utilizados, podendo isso ser realizado por contratação de serviços de auditoria externa.

4. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

A história do sistema bancário Moçambicano pode ser dividida em três períodos distintos. Em cada um deles ela desempenou um papel financeiro específico.

Até à Independência em 1975, a Banca exerceu três funções distintas, com uma clara especialização de funções: Banco Emissor (BNU) com uma função comercial, uma banca de Fomento (Industria, Agricultura, e Habitação) e uma Banca Universal.

A banca era bastante influenciada pelo Estado no sentido do apoio aos Programas de Fomento. Esta intervenção exercia-se com garantias e participação directa do Estado em projectos de desenvolvimento estratégicos.

A importância da actividade de Fomento era justificada pela fraqueza da iniciativa privada e das infra-estruturas básicas de desenvolvimento da então Colónia.

No período decorrente entre a Independência nacional até 1986, a actividade bancária é concentrada por nacionalização de algumas instituições com vista a contribuir para a execução de uma política económica centralizada. A banca manteve a função de fomento, embora numa dimensão mais ampla e quase absoluta. Manteve-se contudo algum nível de especialização. O Banco Central acumulou a função comercial.

A intervenção da banca estatal na economia era feita administrativamente tendo como base um instrumento regulador o PEC-Plano Estatal Central Anual. Neste quadro, os objectivos macro-económicos e a fixação dos preços eram administrativos. A análise de viabilidade e risco eram feitos, com base, em considerações político-sociais. Isto marcou a concepção e a abordagem do mercado, pelos gestores e explica, em parte, as razões pelas quais, as empresas, depois de privatizadas, tiveram tantas dificuldades para se reconverterem e se posicionarem individualmente, relativamente ao mercado.

Tal procedimento encobria as eficiência de gestão das empresas e sectores. Os deficits e incumprimentos financeiros eram facilmente justificáveis tendo em consideração factores climáticos adversos, deficiências no aprovisionamento de factores de produção e em incumprimentos de níveis de produção e de serviços em cadeia.

O Decreto 74/86 estabeleceu que as empresas podiam requerer junto do Tesouro um subsídio do déficit de exploração e, nalguns casos também o subsídio ao preço, por unidade vendida. Uma tal medida contribuiu para a desresponsabilização dos gestores relativamente aos resultados das empresas e adulterou o papel regulador do mercado. Facilidades desta natureza não prepararam os gestores para a

realidade económica que se seguiu à introdução do Programa de Reestruturação Económica.

Com a introdução do Programa de Reestruturação Económica iniciou-se uma nova fase na Banca Moçambicana. Na Lei das Instituições Financeiras, em 1987, o Estado permite o exercício da actividade financeira por interesses privados.

No entanto, na banca estavam reflectidos, em termos financeiros, os desastres económicos do passado, a utilização dos seus recursos como complemento dos recursos públicos.

O crédito irregular e incobrável do sector privado também ficou no sistema engrossando o volume de recursos que a Banca nunca mais poderia recuperar. Criaram-se instituições financeiras com o objectivo de apoiar o empresário emergente de que foi exemplo a CCDR – Caixa de Crédito ao Desenvolvimento Rural. A CCDR apoiou empresários emergentes, desmobilizados de guerra e altos funcionários reformados/desvinculados, agricultores e a comercialização agrícola. A falta de acompanhamento e experiência profissional dos gestores/proprietários saldou-se num esforço inútil agravado pela falta de segurança dos locais onde a maioria dos projectos estavam instalados.

Uma parte considerável dos recursos bancários foram destinados ao pagamento de salários de empresas paralisadas com vista a uma maior estabilidade social. A transparência e o registo material e financeiro das entidades e empresas financiadas não era eficiente. Os bens empresariais degradaram-se e muitos desapareceram, não podendo ser utilizados para pagar as dívidas.

Os resultados financeiros líquidos dos processo de privatização iniciado em 1987 não foram suficientes para honrar os compromissos salariais assumidos pela empresas privatizadas e, para o saneamento mesmo que parcial das suas dividas acumuladas no sistema bancário. Isso deveu-se também ao sistema de pagamentos previstos que estabelecia, como regra geral, o pagamento pelos novos proprietários de apenas 10% do valor de venda acordado. O fraco seguimento pelos órgãos públicos do esquema do futuro pagamento do restante valor contribuiu para níveis de resultados financeiros líquidos, muito aquém dos previstos.

Os novos proprietários não tinham em geral uma base financeira sólida e de *know how*, nem a capacidade de adequar capitais próprios, para formular estratégias de desenvolvimento e expansão e, encontrar as parcerias adequadas à viabilização dessas empresas.

Mas a partir de 1986, o sistema bancário inicia uma nova fase competindo, numa situação, onde eram mais evidentes, as Leis de Mercado, operando como reguladores preferenciais de recursos. Nessa perspectiva, ela foi em geral cautelosa e reservada quanto ao financiamento de muitas das empresas privatizadas, e mesmo, do processo da privatização, não facultando, por exemplo, recursos aos futuros proprietários, para a aquisição dessas unidades.

Muitas das empresas privatizadas são obrigadas a gerir os seus magros recursos necessários ao cash flow e investimento. Sem uma reconversão tecnológica, sem uma capacidade de gestão versátil, sem dimensão económica e financeira, sem estratégia e sem acesso ao crédito elas colapsaram. O resultado final da privatização, salvo raras excepções, traduziu-se em larga medida na transferência de unidades inoperacionais de uma entidade para outra. Nesse processo, milhares de trabalhadores ficaram desempregados.

A base dos clientes dos bancos não melhorou com o processo de privatização. Manteve-se na Banca o crédito mal parado. O sistema bancário não fez o seu saneamento. Tratando-se de uma banca maioritariamente estatal, a sua situação financeira manteve-se encoberta e sem transparência. Em 1991 a privatização do primeiro banco estatal (o BCM) revelou que o crédito mal parado era considerável, o que se reflectiu no valor final de aquisição do mesmo e das condicionantes que o acordo de venda estabeleceu.

Em 1995, constitui outro marco histórico na modernização do sistema bancário com a entrada de um novo operador que criou um novo banco privado de raiz – o BIM. Apostado numa plataforma tecnológica moderna, numa equipe dinâmica, este banco lançou o desafio da modernização ao restante sistema financeiro. As quotas de mercado foram altamente disputadas tornando evidentes as fraquezas de gestão de todo o restante sistema bancário.

A banca estatal foi a que mais quota de mercado perdeu nessa competição.

O segundo maior banco estatal – o BPD é privatizado. O processo de privatização levantou também a problemática de crédito mal parado, reflectindo-se isso nas condições de venda acordadas e, sobretudo, assegurando que uma parte considerável dos fundos públicos depositados nesse banco, não eram retirados. A nova gestão foi incapaz de ultrapassar os problemas e recuperar a imagem comercial do Banco. O banco veio a colapsar quando os novos accionistas se

recusaram à capitalização do Banco. A crise que se seguiu mostrou que o crédito mal parado era significativo.

Seguiu-se um complexo e moroso processo de re-privatização sendo pouco conhecidos os compromissos e dos acordos firmados com os novos accionistas. O Banco foi adquirido, não sendo público o valor total que o orçamento de estado foi sendo obrigado a injectar para o viabilizar. Esse esforço financeiro confirma uma situação de crédito mal parado de elevado valor o qual já tinha absorvido a totalidade dos depósitos dos clientes, ficando o Banco sem liquidez.

Teve lugar a abertura de novas instituições bancárias, umas de raiz outras sucursais de instituições financeiras internacionais todas envolvendo interesses privados, regionais e internacionais, cujas estratégias individuais face ao mercado, são ainda pouco conhecidas.

5. A RENTABILIDADE DO SISTEMA BANCÁRIO

Os principais bancos operando no mercado apresentam resultados positivos apesar de registarem cerca de 24% de crédito em mora que correspondem à uma carteira nominal de 34% que não rende juros. Os resultados correntes do exercício, do sistema financeiro, foram de 328 milhões de contos;⁹ o que confirma o spread bastante compensador nas taxas de juro.

Os relatórios dos auditores externos, sobre as demonstrações financeiras, são de um modo geral limpos o que faz crer que não existe contabilidade criativa, o que confirma que os bancos operam com um *pricing* (taxas de juro activas, passivas, comissões e reembolso de despesas)¹⁰ elevado.

Os bancos destinam importantes somas para à constituição de provisões para crédito em mora com tendência crescente; revelando as dificuldades crescentes no sector económico em honrar os compromissos, apesar das referencias ao crescimento económico do País.

Os resultados seriam ainda mais altos se não fosse o impacto dos FST – Fornecimentos dos Serviços de Terceiros. O seu elevado custo, evidencia as opções tecnológicas realizadas pela Banca, afiguram-se com custos fixos, são contratados, o seu nível de consumo pouco se relaciona com o nível de actividade, senão com tecnologia utilizada. Tais opções impõem ao nível das exigências pessoal técnico qualificado muito dele estrangeiro; os seus custos (salários, viagens, seguros, alojamento) penalizam fortemente os custos da exploração

fazendo perder a competitividade dos produtos e serviços. A influência destes custos é cerca de 15 % do valor total dos FST. Os restantes custos são quase fixos.

Na estrutura dos custos de transformação o item das amortizações e reintegrações também é elevado. Esta rubrica tendia a emagrecer mas, a revolução informática alterou-lhe o seu curso. Isso implica repensar na selecção criteriosa do investimento informático por soluções simples e económicas à altura do ritmo da economia real.

Devido a estas opções tecnológicas 80% dos custos são contratados, fixados em Dólares Americanos e de difícil compressão e redução. A modernização do sistema bancário fez-se no pressuposto de que as novas opções tecnológicas iam contribuir para a disponibilidade de serviços bancários mais baratos e de maior qualidade. Apesar deste nível de custos nenhum desses objectivos parece estar alcançado.

As zonas rurais onde o negócio bancário é mais limitado, inviabiliza-se a presença da maioria das instituições bancárias e conseqüentemente são abandonadas em detrimento da sua presença, nas principais cidades, com Maputo como preferência geral. O volume de negócios nas zonas rurais não consegue sustentar estruturas com custos operacionais tão elevados.

O processo informático aumentou o nível de eficiência e de controlo interno nos bancos, nas suas transações e na diminuição de custos por redução de custos de mão de obra. No entanto, estas inovações não se reflectem no cliente, quer no preço crescente dos serviços bancários quer no nível de serviços que lhe são prestados. Mas a automação não está acompanhada por uma reforma dos procedimentos gerais e de controlo interno. A força de trabalho nacional dentro do sistema carece motivação e enquadramento. As fraudes no sistema financeiro tendem a aumentar, em consequência do aproveitamento das brechas criadas pela tecnologia. As estruturas de decisão poucos flexíveis e muito concentradas, desníveis salariais gritantes entre a força de trabalho nacional e estrangeira contribuem também para a degradação dos níveis de serviço.

Face à dificuldade de reduzirem os seus custos e não sendo automaticamente elástica a base dos seus clientes os bancos tendem a utilizar o recurso adicional às comissões bancárias para melhorarem o nível das suas receitas. As comissões bancárias tal qual as taxas de juro de crédito elevadas e seguem a mesma tendência. A extrema dependência das importações da economia cria as condições para que os bancos operando neste nicho de mercado realizem uma parte considerável das suas comissões.

O funcionamento do sistema bancário exige que o mesmo número de clientes e o mesmo volume de transações pague os custos crescentes do sistema. A rentabilidade do sistema bancário resulta também da transferência dos custos da sua ineficiência para os cidadãos, para os agentes económicos e para empresas em geral.

A rentabilidade dos bancos vai estar cada vez mais determinada pelas respectivas quotas de mercado. Bancos ou grupos de Bancos com maior quota de mercado tenderão a liderar, nas condições actuais maiores rentabilidade e maiores resultados finais positivos. Os bancos de menor dimensão e ainda não consolidados no mercado tenderão a ser penalizados se, no curto prazo, o crescimento da economia não for significativo ou se eles não trouxerem para o mercado uma nova proposta de valor e alguma inovação comercial. A gestão cautelosa das suas carteiras de crédito é decisiva para a sua rentabilidade.

Nessa óptica, é de acreditar que, a busca de maior dimensão e de quota de mercado poderá conduzir a fusões e aquisições entre as instituições que já hoje operam no mercado. Isso terá motivações e recursos externos à economia do País. O sector privado nacional, não foi ainda capaz de criar e viabilizar, com recursos próprios, uma única instituição financeira. O desenvolvimento das PME's continuará por isso dependente das vontades e de maior ou menor apetência para o risco dos interesses estrangeiros que hoje determinam as prioridades do sistema bancário que opera no País.

6. A DISTRIBUIÇÃO CRÉDITO À ECONOMIA

São fundamentalmente algumas grandes empresas e grupos económicos que estão em condições de prestar garantias reais. Consequentemente, o financiamento a pequenos produtores é marginal e o volume global de crédito tende a concentrar-se num número reduzido de empresas e sectores. A distribuição global do crédito por sectores refere 16% para a Agricultura, 35% para a Industria, e 49% para Comércio e Outros (Habitação, crédito ao consumo e diversos).¹¹

A estrutura do crédito refere um volume total de 14.652.300 Milhões de Meticais, distribuídos por 66% de crédito vivo (9.670.520 Milhões de MZM), 24% de crédito vencido (3.516.550 Milhões de MZM) e 10% para crédito vincendo (1.465.230 Milhões de MZM).¹²

As 100 maiores empresas do País, concentram a maior proporção do crédito disponibilizado pelo sistema, concentrando-se nelas, por

consequência, o maior risco global do sistema. Elas não são necessariamente as mais rentáveis, nem as melhores geridas nem as menos endividadas do sistema bancário. As dificuldades de acesso ou mesmo ausência de crédito para a pequena e média empresa agrícola não contribui para que este sector possa absorver a força de trabalho ociosa de que o País dispõe. O sector agrícola é o de maior empregador potencial do ponto de vista de absorção da força de trabalho, em larga medida pouco qualificada.

As pequenas e médias empresas têm dificuldades em reunir todos os requisitos que a banca lhes exige para lhes fornecer crédito, nomeadamente, garantias bancárias, uma contabilidade transparente, um plano de negócios e uma estratégia de mercado adequada, um nível de endividamento consistente com os seus capitais próprios e com o património declarado, uma vantagem competitiva face às ameaças de outros competidores internos e externos, e um volume de negócios consistente com o nível de recursos pretendido.

Muitas das pequenas e médias empresas não preenchem estes requisitos. A pressão do fisco obriga-as a sonegarem receitas. Fundos paralelos alimentam o seu *cash flow* a situação financeira global e o seu endividamento não é completamente declarado. Elas procuram mais um crédito com base na confiança do que baseado numa gestão e transparência do seu negócio onde possa ser correctamente avaliado o respectivo risco. Os estudos de viabilidade dos novos investimentos são muito optimistas quanto aos *cash flows* e resultados e os futuros gestores não têm muitas vezes um comprovado conhecimento e gestão do negócio pretendido.

O processo de análise e recolha de informações dentro e fora do sistema bancário sobre os potenciais clientes de crédito é moroso. A banca sente nas suas decisões o peso de 24% de crédito vencido e 10% de credito vincendo. Apenas 66% é crédito vivo (9.670.520 Milhões de Meticais) cujos juros são receitas efectivas para a sua margem financeira.

Há sectores para os quais a banca tem sido ainda mais restritiva e cautelosa. O sector agro-pecuário reclama ser discriminado pelo sistema financeiro e, tem razões para isso. A banca reconhece, publicamente, que não financia a pequena e média empresa agro-pecuária. Ela atribui um alto risco a este sector. De facto, historicamente, são frequentes as referências a calamidades naturais dadas as condições agro-climáticas prevalecentes, particularmente na zona sul do País. A análise histórica é conclusiva quanto ao elevado grau de risco. A banca receia por isso agravar a sua carteira de crédito onde o tempo médio do crédito vencido é de 4 anos.

A avaliar pelos programas em curso e pelos recursos a eles alocados, tudo parece indicar também que a problemática do desenvolvimento e consolidação das PME's não parece ter sido ainda entendida pelos Doadores do País como parte importante e integrante da sua assistência ao desenvolvimento de Moçambique e da sua assistência ao sector privado.

Em particular, a disponibilização de recursos para crédito às PME's ainda não foi devidamente equacionada pelos Doadores. Uma razão liga-se provavelmente com a fraqueza institucional das Instituições Financeiras através das quais essa assistência possa ser feita com rigor, profissionalismo e transparência. Outra razão reside, provavelmente, na incapacidade, pelo menos aparente, do sector privado nacional e das Instituições Associativas que o enquadram, serem capazes de desenhar e propor aos Doadores projectos específicos de assistência.

Há no entanto esforços dispersos de vários Doadores no âmbito da promoção das pequenas e médias empresas. Têm sido desenvolvidos esforços por parte da UE com vista a encontrar os mecanismos e as instituições para canalizar recursos para o empresariado nas zonas rurais. Esses projectos prevêem inclusive fundos destinados à capacitação das poucas instituições operando nessas áreas sendo, nesse sentido, referidos o GAPI e a AMODER como alvo da sua acção. O Governo Dinamarquês tem em curso o Programa da DANIDA de Desenvolvimento do sector privado no âmbito do qual se pretende apoiar a cooperação entre empresas Moçambicanas e Dinamarquesas. Por seu turno o Governo Alemão e organizações alemãs têm disponibilizado recursos para crédito e assistência ao GAPI destinados às pequenas e médias empresas. Nesse âmbito, a assistência disponibilizada pelo KFW ao GAPI foi decisiva para o funcionamento deste ao longo de uma década.

No âmbito de assistência ao sector privado, sob a forma de crédito, o maior programa realizado nos últimos dois anos envolvendo mais de 25 milhões de Dólares Americanos foi realizado pela USAID. Desse processo poderá importar reter a metodologia, e a forma de gestão dos recursos e de abordagem feita à problemática do acesso ao crédito com o envolvimento das Instituições Financeiras com as quais o Projecto partilha riscos. Este projecto nasceu de um objectivo específico de assistência ao sector privado vítima das cheias do ano 2000.

Também com o mesmo objectivo a Cooperação Italiana prevê disponibilizar 5 milhões de Dólares Americanos destinadas a um

sistema de crédito que pode tomar em linha de conta a experiência colhida com o Projecto da USAID.

Com a assistência do Banco Mundial está em curso o Projecto PODE no âmbito do qual para além do crédito são disponibilizados recursos para a componente de assistência técnica.

Por seu turno o BAD - Banco Africano de Desenvolvimento tem previsto para o primeiro trimestre de 2003 a realização de um estudo em Moçambique com vista ao "Development of a Bank Financial Sector Strategy in Mozambique" e "Preparation of a Financial Sector Support Project for Mozambique". Isto tendo em vista o universo temporal dos próximos 10 anos. (Republic of Mozambique, African Development Bank Group, Financial Sector Strategy and Support Project, Terms of Reference for Consultancy Services). O BAD disponibilizou recursos para crédito às pequenas e médias sob a gestão do GAPI.

7. A PROBLEMÁTICA DAS TAXAS DE JURO

As taxas de juro bancárias são muito influenciadas pelo recurso sistemático do sistema ao MMI –Mercado Monetário Interbancário. A razão deste procedimento está fortemente relacionado com o imperativo fixado pelo Banco Central quanto à constituição de reservas obrigatórias, em moeda nacional, mesmo quando se trata dos depósitos em moeda externa.

No sistema financeiro a estrutura de depósitos é de aproximadamente 50-50% em Meticais e em moeda livremente conversível. Com a metade (em Meticais) do valor de todos os depósitos bancários, os bancos constituem as reservas obrigatórias, fazem a maior parte das suas operações de crédito, pagam os seus elevados custos estruturais e, asseguram a necessária liquidez em caixa, para fazer face aos pagamentos correntes ao funcionamento diário da economia. Uma parte dos restantes 50% do valor total dos depósitos estão aplicados no exterior em instituições financeiras internacionais. O volume de crédito em Moeda conversível representa 38-39% do total de crédito.¹³

A pressão sobre a moeda nacional para que com ela a banca possa satisfazer todos os seus compromissos é grande, daí o recurso ao MMI. O recurso ao MMI é feito fundamentalmente pelas instituições financeiras com menor liquidez, com volumes maiores de crédito. Algumas instituições fazem desta cedência de liquidez uma importante fonte de receitas. Trata-se de um negócio que envolve em média um

valor em Meticais superior 50 milhões de Dólares Americanos que deixam de estar disponíveis para crédito aos sectores económicos.

A disponibilidade global de recursos para crédito agrava-se ainda com a emissão dos Bilhetes do Tesouro (BTs) através dos quais o Estado cobre os déficits de tesouraria, os quais remunera a taxas atractivas também para o sistema bancário. Nessas aplicações estão assegurados também níveis de bom risco quando comparados com os do sistema económico em geral.

Alguns bancos, na gestão da sua liquidez e, face à uma intensa procura de Meticais por vários intervenientes no sistema financeiro, preferem as boas remunerações de baixo risco resultantes da compra de BTs e da venda de recursos no MMI. Entre Janeiro e Maio de 2002, foram emitidos Bilhetes do Tesouro no valor total de 7,201.5 Biliões de Meticais à taxa média de 30.53%. No mesmo período, a troca de liquidez entre os Bancos ascendeu a 4,378.5 Biliões a uma taxa média de 26.30%. Sob a forma de facilidades permanentes de absorção (FPA) foram utilizados 2,339.5 Biliões de Meticais a uma taxa média de 35.04% e em facilidades permanentes de cedência (FPC) foram utilizados 1,755 Biliões de Meticais.¹⁴

A fixação das taxas pelos BTs transmite ao sistema bancário um indicador de taxa a tomar como referência para operações de baixo ou nenhum risco em Meticais. A esse nível os bancos acrescem *spreads* adicionais consentâneos com os riscos sectoriais e de acordo com o perfil financeiro de cada um dos seus clientes.

Fica evidente que a redução das taxas de juro exigem uma análise aprofundada ao crédito mal parado no sistema bancário e, um re-escalamento e tratamento especial de tais dividas. Esses procedimentos exigem uma atitude concertada entre os credores, os devedores e os poderes públicos.

As empresas precisam de ser aliviadas dos elevados encargos financeiros de tais dividas para poderem equacionar o seu possível pagamento, ao mesmo tempo que criam margem para negociar recursos essenciais para o seu *cash flow* e investimento. As elevadas margens financeiras só podem continuar enquanto não secar a fonte das empresas e agentes económicos suficientemente rentáveis para suportar taxas de juro tão elevadas.

Os sintomas de declínio económico actuais ameaçam agravar o crédito mal parado e reduzem a sustentabilidade de tais margens. As dificuldades das empresas vão reflectir-se na redução da base tributária do Estado na redução das receitas fiscais e no aumento,

consequente, dos déficits orçamentais. Estes fazendo pressão sobre o sistema bancário tenderão a pagar-lhes taxas de juro mais altas, impedindo que as taxas de juro possam baixar. De acordo com a informação estatística, publicada pelo Banco de Moçambique, a partir de 1999, constata-se uma redução considerável na variação do volume global de crédito. Nesse período, enquanto a variação do crédito à economia é de tendência decrescente o crédito líquido ao governo está a crescer.¹⁵

É importante, no interesse de toda a economia e da sobrevivência do sistema financeiro, que se caminhe no sentido de se evitar o círculo vicioso das altas taxas de juro, adoptando-se por medidas rectificativas da situação enquanto não for mais gravosa.

Uma solução destas é desejável porque não se conhece a disponibilidade de credores externos para injectarem na economia a necessária liquidez quando ela não possa ser gerida normalmente pela economia. A entrada desses recursos vai traduzir-se num crescente endividamento externo do País e, no agravamento global das condições económicas com o peso acrescido dessa dívida. Além disso, não se conhece o volume de Investimento Directo Estrangeiro que o País pode atrair no futuro. O relatório da UNTAD sobre Transnational Corporations and Export Competitiveness, UNCTD, 17 September, 2002, refere que, entre 1998-2000, Moçambique conseguiu o 23º lugar no índice mundial de IDE-Investimento Directo Estrangeiro, mas considera que ele ocupa apenas o 118º lugar no índice de potencial para atrair esse investimento. O referido índice é calculado com base na percentagem do IDE mundial captado, em função da percentagem do PIB do País sobre o PIB mundial.

Finalmente, as taxas de juro estão ligadas às expectativas de risco e, a análise deste, depende da qualidade e transparência da informação que é prestada à banca pelos agentes económicos. O funcionamento adequado do sistema judicial contribui para diminuir os riscos dos credores. O contencioso poderia também ser resolvido por arbitragem desde que tal procedimento seja previsto contratualmente.

8. CONCLUSÕES

Em 17 de Julho de 2002, o Conselho de Administração do FMI depois de apreciar o Relatório da última visita da missão para Moçambique no âmbito do Artigo IV e Quarta Revisão do "Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) transmitiu a sua preocupação em relação ao comportamento altista da inflação, sobretudo, na segunda metade de 2001, tendo por isso encorajado as autoridades a prosseguirem com

as políticas restritivas implementadas no II Semestre de 2001. (B. Mensal de Conjuntura, Maputo, 2 (13): 1, Jun./02).

O remédio para os problemas da economia Moçambicana ultrapassam a solução preconizada pelo Conselho de Administração e acabada de citar. Têm de ser formulados cenários que resultem de processos mais participativos na formulação de políticas e de estratégias a partir das opiniões e expectativas dos diferentes grupos de pressão, fazedores de políticas e de individualidades que de algum modo, influenciam a escolha das opções de desenvolvimento. Tal processo, passa pela necessidade de fortalecer a liderança e a coordenação política do processo de desenvolvimento. Todos os milagres económicos duradouros resultam de objectivos claros, coragem política, alinhamento de expectativas, consensos e mobilização social. Uma base de informação rigorosa e credível, para a formulação de tais cenários é imprescindível.

Um recente estudo sobre o Indicador Composto da Actividade Económica de Moçambique (ICAE) publicado em 26 de Setembro de 2002, no âmbito de uma Conferência sobre a parceria público privada em Moçambique, realizada em Maputo, com apoio da OCDE, refere como conclusão que, não é adequada, para a economia nacional, a procura da estabilidade da taxa de câmbio à custa de uma escalada das taxas de juros. “Enquanto a depreciação da taxa de câmbio tem efeito negativo somente no curto prazo, efeito esse que é depois de alguns períodos mais do que anulado (presumivelmente por estimular as actividades de exportação e de substituição de importações), o efeito negativo das taxas de juro sobre a actividade não é reversível por si próprio. Nestas condições, não existe espaço de compromisso entre a estabilidade cambial e a estabilidade da taxa de juros”...“..o aumento do crédito utilizado no financiamento de meios circulantes (em forma de desvio da tendência de longo prazo) tem um efeito estimulador da actividade; esse efeito, torna-se cada vez mais forte, à medida que o tempo passa”. Sendo o acesso ao crédito decisivo para as pequenas e médias empresas, existem razões para acreditar na sua grande concentração, num número reduzido de grandes empresas ou grupos. Por razões diversas sector das PME é marginal no seu benefício directo.

Face às condicionantes técnicas, tecnológicas e de acesso a mercados as PME precisam de algo mais além do crédito. No plano interno precisam de melhorar substancialmente a sua gestão, o desenho dos seus planos de negócio assentes num mercado aberto e cada vez mais competitivo. Precisam de encontrar parcerias internas e externas para a sua melhor viabilização e acesso a recursos financeiros mais baratos.

A sua gestão tem de ser necessariamente mais transparente. As suas contas devem ser auditadas e publicadas para que empregados, clientes e fornecedores possam aumentar os seus níveis de confiança e credibilidade relativamente à gestão e à sustentabilidade do negócio. As PME's precisam também de capital de risco que se disponibilize a partilhar a gestão que traga aportes técnicos e recursos financeiros mais baratos.

Cerca de 34% do crédito concedido é mal parado, portanto inactivo ou seja não rende e só traz prejuízo em provisões. A sua reestruturação em base real, do que é possível pagar, aliviaria os bancos pela provisões e seria possível cobrar alguma taxa ainda que pequena. Isso passa por uma projecção da dívida por período não inferiores a dez anos acompanhada de capital fresco, de outra maneira não haverá desenvolvimento. Muitas das PME's não estão em condições de negociar com os bancos devido à sua situação financeira para a qual não vislumbram uma saída.

Face a um eventual re-escalamento das dívidas, o Estado haveria que permitir, o registo dos proveitos estruturados ao abrigo deste projecto, pelo método de caixa, segundo o qual os proveitos, são havidos como tais, no momento do seu recebimento. Esta medida deveria ser acompanhada de um regime de contribuição industrial especial – redução da taxa de contribuição – e imposição legal de retenção de pelo menos 50% de lucros, sob forma de reservas, pelo tempo considerado de regime especial.

O benefício do Estado é directo e maior, porque as empresas estariam a produzir e a cumprir com as suas obrigações fiscais e sociais.

A banca utiliza a MAIBOR como taxa de referência. A formação desta taxa reflecte a procura excessiva do Metical fortemente influenciada pelo regime das reservas obrigatórias. A sua base de cálculo incide sobre os depósitos (moeda nacional e estrangeira) todavia, tem o imperativo da reserva, junto do Banco Central, em moeda nacional.

Na reversão da tendência do actual declínio económico o papel e a intervenção do Estado na economia tem, absolutamente, de ser revista, negociada com as instituições de Bretton Woods, com os doadores, com os bancos e com o empresariado local. É urgente elevar a competitividade da economia Moçambicana e a confiança, particularmente dos investidores nacionais.

A redução da taxa de juros em termos quase imediatos, poderia ser conseguida pela canalização de fundos obtidos de apoio externo à revitalização da economia a ser distribuídos pelos bancos comerciais.

Tais fundos poderiam ser geridos, por uma entidade autónoma, em coordenação com as Associações Económicas; sendo adicionado um *spread* de intermediação à taxa de juros que vigorar para o fundo.

O risco cambial da operação ficaria por conta do mutuário, uma vez que este ser-lhe-á pago em Meticais, havendo que registar a sua responsabilidade de memória em moeda estrangeira. Destinando-se este fundo à reabilitação das unidades económicas e não para solver as suas responsabilidades actuais. No interesse das empresas, este aspecto poderia ser acautelado delegando-se numa Unidade Independente de Gestão do Fundo a competência de auditar e reportar, os resultados da auditoria.

O Estado poderia também participar concedendo benefícios fiscais, por dedução à matéria colectável dos crédito tratados neste regime, dado que nunca chegaria a receber os impostos, resultantes destas operações, por se tratar de empresas com falência técnica.

Em resumo, para que haja redução das taxas de juros haveria que agir nestes sentidos:

- a) Canalização de assistência financeira externa ao sector produtivo, por meio de contrato com os bancos comerciais, em que estes assumiriam o risco comercial das operações;
- b) Aplicação de taxas de juros sobre os fundos alocados ao sector produtivo iguais àquelas que vigoram na contratação do fundo externo adicionada a um *spread*;
- c) Revisão na formula dos depósitos obrigatório que passa permitir a constituição das reservas em duas moedas, consoante seja moeda nacional ou estrangeira;
- d) Consolidação da dívida vencida e não paga (capital e juros) até 1995. Anulem-se os juros vencidos e não pagos entre 1995 e 2002. Proceder-se ao reescalonamento da dívida pelos próximos 10 anos.
- e) Benefício fiscal por dedução à matéria colectável resultante da anulação de juros e de *write off* correlacionadas a este programa.

Face aos custos estruturais do sistema bancário, à pressão sobre o Metical, quer pela forte procura pública quer interbancária, ganha relevância a busca de recursos externos para o financiamento das entidades e actividades seleccionadas. Delas se pretendem

resultados e dinâmicas específicas a curto prazo. Tais fundos poderiam ter, por exemplo, uma aplicação imediata na recuperação do sector do Caju, Algodão, apenas para citar alguns. No caso concreto do Caju, a responsabilidade pelo seu colapso deve-se a políticas com forte vertente e iniciativa externas, que resultaram num fracasso. As vantagens competitivas de Moçambique neste sector, ainda podem ser recuperadas, se ele merecer alguma prioridade dos poderes públicos e das instituições de Bretton Woods.

A gestão dos recursos públicos precisa também de mais transparência.

Os contribuintes precisam de estar convencidos de que a aplicação dos recursos públicos são aplicados no que é absolutamente necessário e que se traduz numa qualidade efectiva de serviços. Os investimentos públicos precisam de ser criteriosos, com garantias de sustentabilidade e de rentabilidade e, com parcerias privadas credíveis, quando for este o caso. O Estado tem de respeitar os compromissos que assume nos investimentos em que participa. Dos investimentos fracassados têm de ser apuradas responsabilidades e tornados públicos os resultados dos inquéritos.

A execução dos Orçamentos de Funcionamento (corrente) e o de Investimentos não deveria ser da exclusiva competência e controlo do Ministério do Plano e Finanças. Esta prática dificulta um controlo rigoroso das despesas relativas a cada um deles e, a sua respectiva classificação. Sobretudo, não é feita uma análise crítica, independente, ao custo/benefício de tais investimentos e introduzidas correcções. É recomendável a intervenção de interesses privados na gestão do Orçamento de Investimentos.

Os Fundos de Fomento carecem de uma missão e uma dotação de recursos financeiros adequados e consistentes. A gestão dos Fundos de Fomento não é confrontada e avaliada pelos seus resultados. Os Fundos de Fomento são sobretudo postos de trabalho criados, cujos resultados concretos, não correspondem à sua possível razão de ser. Fazer crédito não deve ser missão dos Fundos de Fomento. Os seus subsídios, quando os houver, devem ser complementares aos recursos próprios e aos recursos de créditos bancários conseguidos, pelas entidades beneficiárias.

Em termos meramente técnicos é possível fazer baixar a taxa de juro dos créditos. Um aumento das taxas de terá o efeito de enfraquecer a actividade económica. Mas é desejável, sobretudo, que tal abaixamento seja sustentável, isto é, que lhe corresponda um acréscimo efectivo no investimento privado e numa oferta local, mais concorrencial, de bens e serviços.

Tal sustentabilidade, pressupõe que a plataforma de entendimento entre o Estado, a banca e o sector privado cujas dividas sejam reestruturação e cumpram com os compromissos e obrigações sociais e económicas daí decorrentes. Isso significa que, as medidas de re-escalonamento das dividas acumuladas, não podem ser gerais e uniformes. Elas devem ter por base o estabelecimento de claros critérios de elegibilidade. A monitoria desse processo deve envolver outras entidades diferentes das referidas. Requerer o estabelecimento de taxas de juro de crédito preferenciais baixas, para as entidades envolvidas num processo de reestruturação das dívidas.

Finalmente o sistema bancário tem a responsabilidade de rever alguns custos de estrutura promovendo a sua maior racionalização com vista a reduzir a pressão permanente de aumento das respectivas comissões, como manobra de recurso, para assegurar a sua rentabilidade à medida que a sua carteira de crédito se deteriora. O Estado precisa de assegurar maior controlo, transparência e, justificação económica e social, com um rácio custo/benefício aceitáveis para os seus gastos.

9. RECOMENDAÇÕES

GOVERNO

1. Moralização das demonstrações financeiras:

- a) Profissionalização da gestão, por exigências de requisitos para gestores de Unidades Estratégicas.
- b) Certificação de contas e a figura de Revisor Oficial de Contas.
- c) Criação da Associação de Contabilistas.
- d) Publicação obrigatória de contas na revista da Associação, por ser pouco prático e de pouca utilidade as publicações em jornais e Boletim da República. Ganha-se a oportunidade de comparar contas entre operadores do sector.
- e) Flexibilidade na fixação da matéria colectável em relação às empresas sem escrita organizada.

2. Contratação de fundo externo para reestruturação do sector privado, para a dinamização da actividade produtiva, que assegure um fundo de maneo necessário à retomada da actividade nas condições de mercado, a ser disponibilizado por tranches. A taxa de juro a vigorar na sua transmissão aos beneficiários finais do crédito, seria a mesma do fundo, adicionada um *spread*.
3. Regime especial de benefícios fiscais para a Banca durante o período da reprogramação da dívida pelas empresas, que se traduza em:
 - a. Dedução à matéria colectável dos prejuízos resultantes da reprogramação das responsabilidades das empresas, com direito de regresso nos próximos dez anos fiscais;
 - b. Manutenção das provisões constituídas para crédito em mora podendo ser transformadas em reservas caso não sejam necessárias no futuro;
 - c. Obrigatoriedade de retenção de pelo menos 50% dos resultados enquanto vigorar o programa.
4. Repensar a intervenção de Estado na economia em áreas onde o capital privado nacional não tem capacidade suficiente: por exemplo, na comercialização de produtos agrícolas e seu processamento.
5. Subsídio à agricultura através a isenção total de impostos sobre os bens de equipamento agrícola e de transporte, adquiridos para o Parques de Aluguer de Equipamentos, envolvendo capitais privados.
6. Extensão a novas zonas de benefícios fiscais iguais aos concedidos para o Vale de Zambeze, como pólos de desenvolvimento. Decretar extensas zonas rurais como paraíso fiscal, por tempo limitado.
7. Dinamizar o funcionamento das ZFI –Zonas Francas Industriais, na óptica de atracção de investimentos externos.
8. Emissão de Bilhetes do Tesouro também em moeda livremente conversível.

9. Criação de um Banco de Fomento envolvendo interesses privados com a missão de gerir o Orçamento de Investimentos Público e todos os Fundos de Fomento de origem interna ou externa. Este banco teria ainda como missão procurar fontes de financiamento externas para a promoção do desenvolvimento nacional. Ele deveria ser participado por todos os bancos privados operando no País em proporção a determinar.

ASSOCIAÇÕES

1. Filiação das empresas interessadas no programa da reprogramação das responsabilidades;
2. Debate interno das Associações dos critérios de acesso às facilidades de reprogramação da dívida;
3. As empresas assumiam o risco cambial da operação, uma vez que os valores seriam entregues em moeda nacional e a dívida referida em dólares;
4. Criação de uma revista das Associação para debate de assuntos estratégicos, com vista a elevar e ajudar à transparência dos processos;
5. Debates periódicos nos diversos sectores económicos.

BANCO CENTRAL

1. Estabelecer um regime especial do tratamento das responsabilidades reprogramadas, quando à concentração do risco e tratamento de provisões específicas;
2. Revisão da formula de cálculos das reservas obrigatória permitido que as mesmas sejam também constituídas em moeda estrangeira, sugerindo-se que sejam Meticais e Dólares Americanos:

BANCOS COMERCIAIS

1. Restauração dos níveis de serviços nas operações bancárias reduzindo a duração das operações;
2. Uso obrigatório de Contas auditadas no relacionamento comercial;
3. Revisão da política comercial em relação às zonas rurais, nomeadamente abertura de contas, dos produtos/serviços e das comissões;
4. Alargamento da rede bancária nas zonas suburbanas, com estruturas leves e comercialmente criativas, capazes de captar a poupança dispersa nos grandes centros comerciais das classes baixa-alta e média-baixa que não vivem em zonas de cimento – Dumbanengue (Componde, Xiquele, Nhagoe, Benfica, Matendene) apenas para citar Maputo;
5. Distribuição do crédito para a reabilitação sector privado nas condições acordadas entre Governo e Banco Central, assumindo o banco o risco comercial;

MICROFINANÇAS E FINANÇAS RURAIS

1. Promoção da criação destas instituições e a sua utilização para disponibilização de crédito em condições mais acessíveis, assumindo-se que seja também, neste segmento, onde estão os empresários emergentes. Elas podem desempenhar um papel importante para a transformação dos operadores informais em formais.
2. Expansão destas unidades para os centros de produção rural apoiadas por fundos de crédito em condições acessíveis com facilidades de reembolso de longo prazo.

UNIDADE INDEPENDENTE DE GESTÃO DE FUNDOS

1. O relacionamento tradicional entre o Banco Central e os Bancos comerciais poderia ser ajudado por uma estrutura intermédia e independente de controlo e fiscalização da aplicação dos empréstimos concessionais a contratar para a reestruturação das empresas;

2. Uma das atribuições seria de alojar e fiscalizar os recursos ao abrigo do projecto de reestruturação.

Bibliografia Consultada

Banco de Moçambique, Boletim Estatístico (DEE) , Março e Setembro/2002

Banco de Moçambique, Recent Macroeconomic Developments, Nr. 43/Year 7, May/2002

Banco de Moçambique, Boletim Mensal de Conjuntura (CDI), Ano 02/Nº 13, Junho de 2002.

INE-Instituto Nacional de Estatística, Conjuntura Económica N.º 15, Março de 2002.

Indicador Composto da Actividade Económica em Moçambique (ICAE) R.Tibana. Conferência sobre Parceria Pública Privada em Moçambique realizada em Maputo, a 1 de Outubro de 2002, com o apoio da CD-OCDE.

Avaliação Organizacional da CTA e suas Associadas, CTA/EYI, Maputo, Agosto,2002.

Demonstrações Financeiras da Banca, I Semestre/2002 - jornal Noticias

World Investment Report, Transnational Corporations and Export Competitiveness, UNCTD, 17 Setembro, 2002.

Projecto da UE-FAO-MCI de Assistência à actividade de Crédito do GAPI e AMODER

Fundo de Comércio Rural, Anteprojecto, República de Moçambique, Ministério do Comércio e Industria, Novembro de 2002.

Avaliação da Situação do Fundo de Comercialização, Nota de Pesquisa DNCI – Nº. 18, Setembro de 1999.

Refocusing the Fundos de Fomento, Draft 6, and 17 November 2002. Ebony Consulting International (Pty) Ltd.

Anexo 1 - Taxa de Câmbio Média do Fim do Período

ANOS	Taxa Média do Fim do Período (Meticais por US Dólar)
1960	28,82
1961	28,82
1962	29,61
1963	28,55
1964	28,75
1965	28,65
1966	28,76
1967	28,58
1968	28,54
1969	28,42
1970	28,6
1971	27,32
1972	28,88
1973	25,66
1974	24,51
1975	27,24
1976	31,41
1977	32,32
1978	32,09
1979	31,94
1980	32,75
1981	35,75
1982	37,77

ANOS	Taxa Média do Fim do Período (Meticais por US Dólar)
1983	40,18
1984	42,44
1985	43,18
1986	39,74
1987	289,44
1988	528,58
1989	819,71
1990	1.038,15
1991	1.845,40
1992	2.742,14
1993	5.238,39
1994	6.552,50
1995	10.776,00
1996	11.295,00
1997	11.604,00
1998	12.366,00
1999	13.218,00
2000	16.985,00
2001	22.885,00

Anexo 2 - Crédito total por sector de actividade económica

Em Milhões de Meticais

	DEZEMBRO/01	JULHO/02	AGOSTO/02	SETEMBRO/02
T O T A L	13,287,125	13,930,614	14,042,124	13,645,835
AGRICULTURA	2,019,433	2,105,239	2,204,679	2,204,687
INDÚSTRIA	3,046,889	3,050,417	3,054,046	2,884,432
CONSTRUÇÃO	479,432	543,906	518,466	518,591
INDÚSTRIA DE TURISMO	437,624	540,977	577,996	596,920
COMÉRCIO	1,587,586	1,462,650	1,511,265	1,487,510
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	884,521	824,805	781,640	750,462
OUTROS SECTORES	4,831,640	5,402,621	5,394,031	5,203,232

Anexo 3 - Evolução das taxas de juro

Moeda Nacional - OPERAÇÕES ACTIVAS - 2002									
MATURIDADE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
7	47.95	45.30	48.50	48.92	48.64	48.36	46.42	44.92	44.13
15	43.10	44.67	44.98	45.28	46.00	47.65	45.07	43.86	43.87
30	36.33	36.91	36.71	35.87	36.68	35.46	34.77	34.72	35.37
45	39.72	38.89	41.01	40.66	38.66	40.31	40.76	39.67	39.66
60	38.16	37.71	37.37	38.08	38.70	37.75	39.22	38.53	39.68
90	35.44	36.38	36.40	36.11	36.81	36.91	36.61	36.70	37.55
180	34.22	34.49	34.71	35.11	35.90	35.67	35.66	35.48	36.53
1 ano	35.89	36.16	36.03	36.06	36.71	36.83	36.32	36.05	36.82
2 anos	34.20	34.63	34.06	34.25	33.56	33.54	33.16	32.97	33.89
+ de 2 anos	32.71	32.91	32.84	32.56	32.56	32.42	32.54	32.35	33.04
PR	25.50	25.50	25.50	25.50	25.50	25.50	25.50	25.50	27.25
LEC	8.00	8.00	8.00	8.00	8.00	8.00	8.00	8.00	8.00
PR - Prime Rate									
LEC - Linha Especial de Crédito									
Moeda Nacional - OPERAÇÕES PASSIVAS - 2002									
MATURIDADE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
30	17.06	17.31	16.62	17.92	15.95	15.94	14.78	14.55	14.81
45	20.04	19.57	20.02	19.75	18.84	18.34	18.37	17.87	17.88
60	20.40	20.66	20.64	21.40	19.30	19.33	19.25	18.39	18.41
90	18.88	19.20	19.35	19.38	18.58	18.49	18.63	17.90	18.02
180	18.99	19.33	19.39	19.89	19.41	19.14	18.79	18.64	18.57
1 ano	20.00	20.62	20.55	21.29	20.54	21.11	20.82	19.95	19.86
+ de 1 ano	19.83	20.81	20.46	19.67	20.03	19.65	19.90	19.05	19.02

Anexo 5 – Distribuição do Crédito Bancário por Sector

Sector de Actividade	Dezembro / 01			Setembro / 02		
	Meios Circulantes	Investimento	Total	Meios Circulantes	Investimento	Total
1. AGRICULTURA	1.012.691	837.898	1.850.589	995.079	1.066.303	2.061.382
1.1 Chá			0			0
1.2 Açúcar	96.019	68.749	164.768	158.020	218.274	376.294
1.3 Cajú	103.306	243.900	347.206	222.137	109.311	331.448
1.4 Sisal			0			0
1.5 Copra	47.426	226.091	273.517	105.530	245.505	351.035
1.6 Algodão	509.089	135.701	644.790	251.187	336.990	588.177
1.7 Outros	256.851	163.457	420.308	258.205	156.223	414.428
2. PECUÁRIA	8.121	23.062	31.183	8.154	34.971	43.125
3. SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	45.602	92.059	137.661	74.426	13.418	87.844
4. PESCAS	123.929	157.356	281.285	151.229	135.944	287.173
5. INDÚSTRIA EXTRACTIVA	20.881	42.229	63.110	9.028	40.993	50.021
Carvão						0
Outras	20.881	42.229	63.110	9.028	40.993	50.021
6. INDÚSTRIAS TRANSFORMAD.	1.117.606	1.453.118	2.570.724	1.453.922	756.148	2.210.070
6.1 Alimentar, Bebidas e Tabaco	416.915	681.710	1.098.625	550.304	301.510	851.814
6.2 Têxteis, Vestuário e Calçado	271.426	231.996	503.422	334.161	16.136	350.297
6.3 Química	115.239	234.958	350.197	54.745	84.181	138.926
6.4 Metalúrgica	136.741	91.633	228.374	105.001	131.455	236.456
6.5 Outras	177.285	212.821	390.106	409.711	222.866	632.577
7. ELECTRICIDADE , GÁS E ÁGUA	65.059	75.882	140.941	240.110	58.922	299.032
8. CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS	356.501	134.183	490.684	239.731	285.649	525.380
9. INDÚSTRIA DE TURISMO	198.013	242.767	440.780	436.327	160.594	596.921
10. COMÉRCIO	1.295.944	533.704	1.829.648	1.452.494	373.166	1.825.660

11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	383.448	501.156	884.604	292.247	375.481	667.728
11.1 Transporte Ferroviário	21.306		21.306	8.845		8.845
11.2 Transporte Rodoviário	88.250	135.060	223.310	63.523	82.721	146.244
11.3 Transporte Marítimo	8.434	18.457	26.891	3.153	21.489	24.642
11.4 Outros	265.458	347.639	613.097	216.726	271.271	487.997
12. INST. FINANC. N/MONETÁRIAS	6.736	15.068	21.804	37.130	43.446	80.576
13. OUTROS SECTORES	2.820.617	2.011.022	4.831.639	2.645.273	2.636.518	5.281.791
13.1 Particular	883.026	583.951	1.466.977	664.655	598.042	1.262.697
13.2 Habitação	4.293	314.037	318.330	40.135	986.221	1.026.356
13.3 Diversos	1.933.298	1.113.034	3.046.332	1.940.483	1.052.255	2.992.738
TOTAL	7.455.148	6.119.504	13.574.652	8.035.150	5.981.553	14.016.703